

NOSSO ENTENDIMENTO SOBRE EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Em contraste com toda forma dual de instrução, em que os trabalhadores pobres, privados do tempo necessário ao cultivo da mente, ficam aprisionados a um ensino operativo, mero treinamento para executar tarefas, enquanto os caminhos das ciências e artes são destinados àqueles agraciados pela riqueza ou por um talento extraordinário, seu projeto situa-se na perspectiva da formação intelectual, orientada pelo pressuposto de que todos os homens são seres dotados de sensibilidade e aptidão para formar raciocínios complexos e idéias morais.

A progressão escolar, cujo sentido e objetivos gerais são apresentados na Primeira Memória, consta de três níveis. A educação comum, correspondente à nossa escola básica, objeto da Segunda e Terceira Memórias, destina-se a transmitir as verdades já descobertas para sua aplicação inteligente e criativa na vida social e política; o Quarto Memorial, dedicado à educação profissional, correlato de nosso ensino superior e técnico, trata dos conteúdos específicos, extraídos do universo científico e artístico, adequados a uma "prática ilustrada" das profissões; enfim, o Quinto Memorial discorre sobre o estudo "acadêmico", aprofundado, nas várias áreas do conhecimento, preparando os alunos para empreender a viagem por sendas inexploradas, na perspectiva de novas descobertas. Paralelamente estes suposto de conhecimento, fazem-se atuantes as Organizações não Governamentais que viabilizam incursões cidadãs na interação com as problemáticas social, assistência, meio ambiente e inclusão.

Muito além da garantia formal do acesso e permanência sem custos, o caráter democrático da progressão escolar aí imaginada consiste no fato de que, independentemente da diferente complexidade dos métodos e conteúdos, o ensino dirige-se, em todos os seus níveis, a estimular as dimensões analíticas, crítica e inventiva da mente humana. Adotando por diretriz a certeza do vínculo essencial entre teoria e prática e tendo em sua base um letramento que privilegia a análise rigorosa de fatos e "verdades", conduzida por uma argumentação clara, simples e enxuta, a pedagogia proposta pretende propiciar a "autonomia", entendida como capacidade de julgar e corrigir as leis, regras e fatos que tecem as relações dos homens com a natureza e entre si.

Para a consecução desses objetivos, centra-se, desde a fase mais elementar, no ensino das ciências físicas e morais, consideradas mais úteis e adequadas à intervenção prática no mundo. No entanto, não se subestima, em momento algum, a importância da fruição artística e literária para o refinamento do gosto e o alimento dos espíritos: a Associação Cultural, Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Cone Leste Paulista "Formiguinhas do Vale" se situa no contexto, desenvolvendo festas cívicas e outras modalidades culturais, instrumentos essenciais para combater o embotamento da sensibilidade e do intelecto resultante das atividades manuais e mecânicas, predominantes na vida dos trabalhadores pobres.

O empenho permanente em potenciar os atributos racionais e sensitivos comuns a todos os membros da sociedade desvenda ao cidadão o amplo sentido emancipatório do ensino radicalmente laico proposto: Propomos em nossa abordagem de informação fortalecer as mais altas faculdades humanas, dirigindo-as ao questionamento de todas as certezas estabelecidas, inclusive as científicas e filosóficas, zelando para que não se tornem doutrinas ou novos objetos de culto.

A defesa do ensino laico está essencialmente vinculada à garantia da independência intelectual dos professores, seja da religião dominante, seja da doutrina política dos governantes. A liberdade de ensino, não apenas nas salas de aula, mas, também,

nos Editoriais de nosso Jornal "Gazeta Valeparaibana", na forma de sua diretiva jornalística, na seleção de matérias didáticas, é imprescindível para garantir aos alunos a conquista da "faculdade" de julgar e agir autonomamente.

Um fio condutor une aqueles que, no nível básico, aprendem a aplicar as verdades já descobertas nos trabalhos e negócios cotidianos e no exercício da cidadania, aos que chegam a se apropriar dos conteúdos específicos necessários à atuação mais esclarecida nas profissões e, enfim, àqueles que iniciam a viagem ao mundo desconhecido das descobertas: todos aprendem a analisar criticar, inventar e reinventar, contribuindo, de forma positiva e imparcial, ao avanço das ciências e das artes e ao crescimento do bem estar coletivo.

A relevância e atualidade deste texto para a área da educação consistem em explicitar uma proposta de instrução pública que, na estrutura, nos conteúdos e métodos, tende a superar os limites da meritocracia liberal, projetando-se como uma crítica radical, e utópica, da sociedade competitiva e mercantil nascente. Sem omitir a importância da implementação de políticas públicas de estímulo ao esforço e aos talentos, sugerindo ao Estado a sustentação dos estudos para os pobres promissores. O eixo do projeto encontra-se muito mais na mobilização da cultura e do conhecimento, com a finalidade de contrarrestar os efeitos degradantes da divisão entre trabalho manual e intelectual, pela qual se cria um abismo intransponível entre os homens presos às engrenagens do mecanismo produtivo e os que flutuam livremente nos "espaços celestes" da sustentabilidade e paz social, das belas artes, do respeito ao Meio Ambiente e à natureza.

Na construção de um exemplo que atinja todas as regiões do país, acolhendo homens e mulheres, ricos e pobres, crianças e adultos que se dispusessem a trabalhar pelo social. Este projeto alude à luta pela divulgação de um conhecimento laico e "esclarecedor", atribuindo à sociedade o papel de combater a redução da riqueza e ativar a multiplicidade e potência das faculdades humanas como instrumentos automáticos da perpétua obrigação do compartilhamento do conhecimento.

A hipertrofia do espírito mercantil e competitivo, aliada ao recrudescimento da intolerância étnica e religiosa, predominante no panorama mundial nas últimas décadas, começa a ser solapada por novas idéias e lutas emancipatórias, encontrando expressão, inclusive em instâncias governamentais e parlamentares, na intensificação do debate em torno de políticas públicas voltadas a ampliar os direitos e deveres sociais na busca da paz, políticas estas, por nós também defendidas.

No campo da educação, evidencia-se, recentemente, no Brasil, o crescimento de movimentos sociais, que trazem para si responsabilidades de atuação em áreas onde o Estado e a Federação, não teem a sensibilidade da vivência comunitária. Ou seja, em áreas longínquas dos gabinetes.

Filipe de Sousa